



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Secretaria-Geral
Divisão de Conselhos
Av. dos Estados, 5001 · Bairro Santa Terezinha · Santo André - SP
CEP 09210-580 · Fone: (11)3356-7632/7635/7636
conselhos.superiores@ufabc.edu.br

Ata nº 003/2018/Ordinária/ConsUni

1 Aos 2 dias do mês de outubro do ano de 2018, no horário das 14h, na sala dos Conselhos, Torre
2 1 - 1º andar, da Universidade Federal do ABC (UFABC), localizada na Av. dos Estados, 5001,
3 Bloco A, Torre I, 1º andar, Santa Terezinha, Santo André, realiza-se a III sessão ordinária do
4 Conselho Universitário (ConsUni) da UFABC do ano 2018, previamente convocada e presidida
5 pelo reitor, Dácio Roberto Matheus, com a presença dos seguintes **conselheiros**: Wagner Alves
6 Carvalho, vice-reitor; Acácio Sidinei Almeida Santos, pró-reitor de assuntos comunitários e
7 políticas afirmativas; Alessandra de Castilho, representante discente de pós-graduação; David
8 Correa Martins Junior, representante suplente docente do CMCC; André Ricardo Oliveira da
9 Fonseca, representante suplente docente do CMCC; Arilson da Silva Favareto, representante
10 docente do CECS; Bruno da Rocha Rodrigues Costa, representante discente de graduação;
11 Cedric Rocha Leão, representante docente do CECS; Charles Morphy Dias dos Santos, pró-
12 reitor de pós-graduação; Eduardo Peres Novais de Sá, representante docente do CCNH;
13 Fernando Luiz Cássio Silva, representante suplente docente do CCNH; Fernando Rocha
14 Nogueira, representante suplente docente do CECS; Gilberto Maringoni de Oliveira,
15 representante docente do CECS; Giorgio Romano Schutte, representante docente do CECS; Isis
16 Mustafá de Assis, representante discente de graduação; Itana Stiubiener, representante docente
17 do CMCC; Jeroen Schoenmaker, representante docente do CECS; José Antonio Souza,
18 representante docente do CCNH; Kleber Ferreira, representante dos técnicos administrativos;
19 Leonardo José Steil, pró-reitor de extensão e cultura; Renata Silva, representante suplente dos
20 técnicos administrativos; Marcelo Bussotti Reyes, diretor do Centro de Matemática,
21 Computação e Cognição (CMCC); Maria Isabel Vendramini Delcolli, representante dos
22 técnicos administrativos; Maria Gabriela Silva M. Cunha Marinho, vice- diretora do Centro de
23 Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS); Mauro Rogério Cosentino,
24 representante docente do CCNH; Max Mário Fuhlendorf, representante discente de pós-
25 graduação; Mônica Schröder, pró-reitora de Planejamento de Desenvolvimento Institucional;
26 Pietro Parronchi, representante discente de graduação; Rafael Ribeiro Dias Vilela de Oliveira,
27 representante docente do CMCC; Raquel Veccio Fornari, representante suplente docente do
28 CMCC; Ronei Miotto, diretor do CCNH; Ronny Maciel de Mattos, representante dos técnicos
29 administrativos; Simone Aparecida Pellizon, pró-reitora adjunta de administração; Sara Lorena
30 dos Santos, representante discente de graduação; Sérgio Henrique Bezerra de Sousa Leal,
31 representante docente do CCNH; Sônia Maria Malmonge, pró-reitora de pesquisa; Vânia
32 Trombini Hernandez, pró-reitora adjunta de graduação; Yossi Zana, representante docente do
33 CMCC. **Ausências justificadas**: Não há. **Ausentes**: Luis Paulo Bresciani, representante da
34 comunidade civil; Marcella Pecora Milazzotto, representante suplente docente do CCNH;
35 Maria Elisa Ravagnani Gonçalves Ramos, representante da comunidade civil. **Não votantes**:
36 Daniel Pansarelli, secretário-geral; Tatiana Lima Ferreira, pró-reitora adjunta de assuntos

37 comunitários e políticas afirmativas; Felipe César Torres Antônio, coordenador do Sindicato
38 dos Servidores Técnicos Administrativos da UFABC (SintUFABC); Ave Terra Alves,
39 dramaturga; Neon Cunha, publicitária; Leona Wolf, discente de pós-graduação; Virgínia
40 Guitzel, ativista; Hailey Kaas Alves Pedro da Silva, ativista; Raimundo Nonato Braz Neves,
41 discente da graduação; Samara Arkcelio, diretora da Associação de Travestis e Transexuais de
42 Santo André. **Apoio administrativo:** Fabiane de Oliveira Alves, chefe da Divisão de
43 Conselhos; Vitória Aparecida Soares da Silva, estagiária da Secretaria-Geral; Wellington
44 Teixeira Gonçalves, assistente em administração da Secretaria-Geral. Havendo quórum legal, o
45 presidente, após cumprimentar os presentes, abre a sessão às 14h08, com os **Informes da**
46 **Reitoria:** 1) professor Dácio comunica que deverá ocorrer, no dia 1º de novembro de 2018, a II
47 reunião extraordinária da Comissão de Natureza Orçamentária e Administrativa (Canoa), com
48 vistas a discutir a proposta de Resolução de Diretrizes Orçamentárias (RDO) para 2019, que
49 deverá ser submetida para apreciação do ConsUni em sua IV sessão ordinária, de modo que
50 todas as proposições a serem feitas para a RDO 2019 deverão ser encaminhadas, por meio de
51 suas respectivas representações, à Canoa até a data da reunião, para análise daquela Comissão;
52 2) registra a recente liberação, por parte do Ministério da Educação, de cerca de 90% dos
53 recursos de investimentos dirigidos à UFABC, somados à complementação solicitada pela
54 instituição para investimentos em obras e equipamentos, o que sinaliza que a universidade não
55 sofreu, até o presente momento, restrição do orçamento previsto para 2018; 3) informa, ainda,
56 que participará de reunião com o Ministro da Educação (MEC), no próximo dia 9 de outubro,
57 para decisão acerca da liberação dos recursos necessários para conclusão das obras da Unidade
58 Tamanduatehy; 4) passa a palavra ao pró-reitor de pós-graduação, professor Charles Morphy,
59 que comunica que a UFABC consta entre as instituições cujos projetos foram aprovados no
60 âmbito do Edital do Programa Institucional de Internacionalização da Coordenação de
61 Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes-PrInt), que destinará recursos à
62 internacionalização, desenvolvimento da pesquisa e pós-graduação para os próximos três anos e
63 meio. O projeto, aprovado anteriormente pelo ConsUni, contém cinco linhas temáticas,
64 envolvendo todos os cursos de pós-graduação da UFABC que possuem nível de doutorado. Em
65 reunião com a Capes, na próxima semana, deverá ser discutida a distribuição dos recursos
66 oriundos do Edital para os próximos anos, que posteriormente deverá ser discutida, também,
67 junto aos coordenadores de cursos de pós-graduação da instituição, aos quais registra o
68 agradecimento, extensivo à gestão, pelo empenho e esforço que resultou na aprovação do
69 referido projeto; 5) o secretário-geral, professor Daniel Pansarelli, comunica que na próxima
70 reunião, a IV sessão ordinária do ConsUni, será apresentada a proposta de composição da
71 Comissão Eleitoral para escolha dos representantes das três categorias (docentes, técnicos
72 administrativos e discentes), tendo em vista que no mês de março do próximo ano, I sessão
73 ordinária de 2019, encerrar-se-ão os mandatos das atuais representações nos Conselhos
74 Superiores. A perspectiva é de que as inscrições de candidaturas ocorram ainda no fim do ano
75 de 2018, favorecendo o período de campanha e eleição no início do ano letivo de 2019; 6)
76 professor Dácio anuncia que haverá uma inversão nos itens 1 e 2 do Expediente da presente
77 sessão, para que o item 2, que trata da minuta de resolução que estabelece a reserva de vagas
78 para pessoas transgêneras, passe a figurar como primeiro item de discussão no Expediente.
79 **Informes dos Conselheiros:** 1) a representante discente de graduação, Isis Mustafa de Assis,
80 informa acerca da ocupação de um prédio há cinco anos abandonado na cidade de Mauá,
81 promovida pelo Movimento de Mulheres Olga Benário, onde se estabeleceu um centro de

82 referência para mulheres vítimas de violência, Casa “Helenira Preta”, para acolhimento e
83 encaminhamento dessas mulheres aos serviços adequados e cujas instalações possuem
84 condições de receber serviços de psicologia, assistência social e assessoria jurídica, mas
85 necessita de apoio e doação de recursos. Informa que o movimento estabeleceu dois pontos de
86 coleta no Diretório Central dos Estudantes nos *campi* Santo André e São Bernardo do Campo;
87 2) a pró-reitora adjunta de ações afirmativas e políticas comunitárias, professora Tatiana Lima
88 Ferreira, comunica que dois eventos estavam sendo realizados pela ProAP: a Semana de Saúde,
89 Esporte e Lazer, em ambos os *campi*, com mais de 20 atividades voltadas para promoção da
90 saúde, atividades de esporte e lazer, e o início do II Curso de Capacitação para as Comissões de
91 Heteroidentificação de Pretos, Pardos e Indígenas, que visa a discutir e capacitar agentes
92 públicos e a comunidade da UFABC para que estejam aptos a apurar a veracidade da
93 autodeclaração de candidatos que venham a pleitear vagas como estudantes e servidores na
94 UFABC; 3) o representante discente de graduação, Pietro Parronchi, apresenta Moção de Apelo
95 dirigida aos deputados e deputadas federais de São Paulo para apreciação do Conselho, solicita
96 aprovação da proposta com urgência, em tempo de ser considerada para o orçamento 2019.
97 Realiza a leitura da proposta. Professor Dácio complementa que o valor informado de R\$
98 10.165.577,84 trata de parcela não contemplada na PLOA 2019 do orçamento previsto pela
99 UFABC, aprovado pelo ConsUni e encaminhado ao MEC, apesar do aumento de 10% dos
100 recursos do Programa de Assistência do Estudante do Ensino Superior (PNAES) com relação a
101 2018. Endossa a proposta de Moção, posto ser um instrumento válido para negociação na fase
102 em que a PLOA 2019 encontra-se, qual seja, a de adição de emendas parlamentares. Registra-
103 se que a proposta de orçamento para o PNAES 2019 encaminhada ao MEC pela UFABC,
104 aprovada pelo ConsUni, foi fruto de discussão na Canoa que, ao verificar a proposta inicial
105 encaminhada pela ProAP, chegou ao entendimento de que seria necessário elevar o valor da
106 proposta para atender às demandas assistenciais da instituição, e subscreve a proposta de
107 Moção. Sugere-se o acréscimo, no texto, de modo que fique claro que o valor estimado pela
108 UFABC é necessário para atender minimamente às demandas para 2019. Acréscimo acatado.
109 Professor Dácio acrescenta que a proposta orçamentária da UFABC para o programa tem por
110 objetivo alcançar todo o público que possui renda *per capita* menor que um salário-mínimo e
111 meio, que atualmente não pode ser plenamente contemplado. Sugere-se a alteração na redação
112 onde consta “no conjunto da PLDO 2019” para “no conjunto da proposta orçamentária
113 encaminhada pela UFABC para o MEC”, para esclarecer a origem dos valores apresentados, e,
114 ainda, considerando que se trata de apelo à bancada paulista de deputados e deputadas federais
115 e o esforço de atuação conjunta entre as Universidades Federais do Estado de São Paulo, por
116 meio da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
117 (Andifes), na discussão do PNAES junto ao MEC, propõe acrescentar no último parágrafo um
118 pedido de sensibilização em relação às demais universidades federais paulistas, Unifesp e
119 Ufscar, ao que professor Dácio assente, uma vez que todos os esforços empreendidos junto aos
120 governantes têm sido realizados em comum acordo com as demais universidades. Sugere-se,
121 ainda, a substituição da menção ao valor nominal, já mencionado anteriormente, do final do
122 último parágrafo, e acrescentar “estimado não só pela UFABC, mas também pelas demais
123 universidades federais localizadas no Estado de São Paulo”. Substituição acatada. Em votação,
124 a Moção, consideradas as propostas de aprimoramento, é aprovada por unanimidade. Professor
125 Dácio registra que a iniciativa ajuda a colocar as discussões do ConsUni em sincronia com o
126 momento atual, de processo de construção do orçamento no parlamento, constituindo-se uma

127 prática salutar que fornece amparo à gestão para interlocução junto aos parlamentares e ao
128 Ministério da Educação; 4) o representante discente de graduação, Bruno da Rocha Rodrigues
129 Costa, registra preocupação com relação aos casos de suicídio ocorridos nos últimos
130 quadrimestres e manifesta preocupação com a ausência de estruturas adequadas dentro da
131 universidade para lidar com esse quadro, além de uma discussão mais profunda a respeito do
132 tema, e exorta a todos para que se comprometam com a questão e busquem fomentar em seus
133 espaços mecanismos de apoio; professor Dácio registra que a questão já vem sendo tratada pela
134 instituição, por meio da reestruturação das equipes de apoio, não obstante as atuais restrições
135 referentes à ampliação do quadro de pessoal; a pró-reitora adjunta de assuntos comunitários e
136 políticas afirmativas, Tatiana Ferreira, acrescenta que, no âmbito da Semana de Saúde, Esporte
137 e Lazer, promovida pela ProAP, ocorrerão três eventos relacionados ao tema: Mesa de debate
138 para discutir saúde mental e estresse na vida acadêmica e duas rodas de conversa, no espaço do
139 Diretório Central dos Estudantes (DCE), para discutir questões de saúde mental. Acrescenta
140 que participou recentemente do II Congresso de Saúde Mental da UFSCar, ocasião na qual as
141 políticas institucionais relacionadas à saúde mental foram amplamente discutidas, além de
142 outras ações realizadas pela ProAP para discussão do tema. Convida a comunidade acadêmica a
143 se envolver nos espaços disponíveis para discussão do tema. Bruno reforça que todos os
144 Centros devem se apropriar e participar da discussão do tema em seus espaços de comunicação
145 disponíveis e não apenas a ProAP. O pró-reitor de pós-graduação, professor Charles Morphy,
146 registra que a ProPG está estruturando um escritório de desenvolvimento de carreira e apoio ao
147 pós-graduando que deverá fornecer apoio também sobre essas questões, além de tratar de
148 organização de carreira, planejamento presente e futuro para os pós-graduandos, dentre outros
149 pontos. A ProPG deverá realizar ainda neste ano um colóquio da pós-graduação, articulando os
150 vários programas de pós-graduação da instituição, no qual um dos painéis a serem discutidos
151 será, justamente, saúde mental na pós-graduação de docentes, discentes e técnicos
152 administrativos; 5) O pró-reitor de extensão e cultura, professor Leonardo Steil, registra que no
153 dia 27 de setembro aconteceu o UFABC para Todos, que recebeu e interagiu com alunos e
154 professores de diversas escolas de ensino médio, público que deverá ingressar futuramente no
155 ensino superior, contando com atividades tanto para alunos quanto para professores. Informa,
156 ainda, que a discussão da última sessão do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão
157 (ConsEPE), ocorrida no dia 25 de setembro tratou do Calendário Acadêmico 2019 e o UFABC
158 para Todos passou a contar uma data destacada no calendário, com possibilidade de reposição
159 de aula ao final do quadrimestre, favorecendo a participação dos docentes e discentes que
160 possuem disciplinas alocadas no dia de realização do evento; 6) a representante suplente dos
161 técnicos administrativos, Renata Silva, passou a palavra a Felipe César Torres Antônio,
162 coordenador do Sindicato dos Servidores Técnico-Administrativos da UFABC (SintUFABC),
163 que leu a nota do SintUFABC em apoio às cotas para pessoas transgêneras na UFABC:
164 *“Precisamos falar sobre transfobia e cotas trans. Luana Barbosa dos Reis, 34 anos, morreu*
165 *depois de ser brutalmente agredida por ao menos seis policiais na rua onde morava, ela era*
166 *mulher, mãe, negra, pobre e lésbica. Itaberlly Lozano foi assassinada pela própria mãe. Erica,*
167 *14 anos, levou 11 tiros. Vanessa, 14 anos, foi estrangulada pela própria avó. Alex, 8 anos,*
168 *morreu após ter o fígado dilacerado pelo pai porque gostava de lavar louça, Gabriel, 16 anos,*
169 *morreu durante espancamento promovido pelo pai após se assumir, Dandara, 42 anos, foi*
170 *linchada e torturada em praça pública por ser trans. Estes são alguns poucos exemplos da*
171 *tortura que obrigamos esta parcela da população a passar. Obrigamos? Sim obrigamos! Não*

172 há opção para quem se identifica como transexual ou travesti no Brasil, sendo agredida pela
173 família e pelo estado desde o próprio auto reconhecimento. Inicialmente, a vida de uma pessoa
174 trans é marcada, na gigantesca maioria dos casos, como uma opção e não como o
175 reconhecimento de uma natureza individual afastada da heteronormatividade. Sendo que o
176 auto reconhecimento e o exercício desta identidade, quando ocorre na fase infantil dificilmente
177 é desassociado da violência psicológica, da violência física familiar e abandono pelos ciclos
178 sociais que integra, e quando mais tardia a violência mostra outra face nada menos cruel com
179 o abandono, a exclusão também das relações familiares, a marginalização, o subemprego e a
180 exploração sexual. No Brasil, 90% das travestis e transexuais trabalham no ramo da
181 prostituição e outros 5% no mercado informal, lembramos, ainda, que 35 anos é a idade média
182 de vida de uma pessoa trans. Menos da metade da idade média que um brasileiro cisgênero
183 chega (75 anos). Segundo os dados Transgender Europe, veremos que de 2008 a 2016 o Brasil
184 foi responsável pela morte de mais de 800 pessoas por transfobia, o que corresponde a mais de
185 um terço de todas as mortes desta natureza no mundo. Estes dados são contestados por
186 diversos organismos nacionais como, o Grupo Gay da Bahia, que os consideram minimizados
187 e aponta que apenas em 2016 e 2017 foram 343 e 445 casos respectivamente, inclusive
188 indicando um forte aumento desde 2014 juntamente com a maior difusão do ódio contra
189 minorias por grupos cada vez maiores de caráter fascista e moral nefasta. Neste cenário houve
190 a morte de 1 transexual a cada 19 horas no ano passado no Brasil. Sendo o Brasil o país que
191 mais mata e tendo esta parcela da população tão excluída e tão torturada por todas as
192 instituições e pelo Estado brasileiro, vemos na UFABC a reprodução de casos assombrosos de
193 transfobia. O caso da auxiliar de limpeza que foi demitida por ser trans aconteceu aqui! As tão
194 esperadas placas de conscientização até hoje são um tímido e apagado improvisado institucional.
195 Assim, cumprindo o papel da universidade pública, que é também o pioneirismo nas
196 transformações socioculturais, a aprovação das cotas trans na Universidade Federal do ABC
197 se apresenta como mais uma trinca, mesmo que pequena e tardia, deste estado de negligência
198 e tortura a esta comunidade ressaltando-se que ainda é muito pouco comparado aos direitos e
199 reconhecimentos necessários para o correto alcance do estimado respeito e da fundamental
200 dignidade que toda brasileira e todo brasileiro tem direito.”; 7) a representante discente de
201 graduação, Sara Lorena, registra a realização de movimentos que vem ocorrendo no país, de
202 modo particular desde o dia 29 de setembro, promovido por mulheres contra o fascismo
203 representado em várias candidaturas. Denuncia episódio ocorrido na segunda-feira, dia 1º de
204 outubro, em que um docente, em sala de aula, proferiu declarações de juízo minimizando
205 episódios de estupro, e prosseguiu à leitura da transcrição da fala do professor que foi gravada
206 por um dos alunos na referida aula: “Você consegue responder por que você nasceu? Você
207 nasceu de um ato de amor. Até se fosse de estupro não tinha problema... Até se fosse de
208 estupro. Você é metade de papai e metade de mamãe: 'quem é papai?' 'o cara que estuprou a
209 mamãe'... Ué... Mas não tem isso? Não existe? Agora vai chegar pro teu filho e falar assim...
210 Eu, por exemplo, se fosse uma moça hoje e tivesse um filho nessa condição, eu ia valorizar o
211 pai dela, da criança né... Eu ia falar assim ó: 'Você nasceu de um ato de amor, um pouco
212 forçado, mas nasceu, né?’. A conselheira enfatizou que o movimento de mulheres adotará
213 todas as providências necessárias para que o docente, autor do discurso, seja exonerado e
214 encaminhará nota oficial à Reitoria relatando o episódio e o posicionamento do movimento.
215 Registra repúdio à cultura de estupro e parabeniza as ações promovidas pelos movimentos de
216 mulheres. Professor Dácio lamenta o ocorrido e pede a formalização da denúncia junto à



217 Corregedoria para que a instituição possa apurar e adotar as providências cabíveis; 8) professor
218 Ronei Miotto, diretor do CCNH, informa que já está ativa a página eletrônica para a seletiva
219 brasileira do *Internacional Physicists Tournament* (IPT), que acontecerá nos dias 27 a 29 de
220 novembro, para escolher os indicados brasileiros ao IPT 2019. Esclarece que o campeonato se
221 trata de um desafio de tecnologia e ciência, envolvendo todas as ciências naturais, não se
222 tratando de um evento apenas da área da física. Pede apoio à divulgação também em outras
223 instituições. **Ordem do dia:** Ata da II sessão ordinária de 2018, realizada no dia 26 de junho de
224 2018. Não havendo solicitações de alteração, encaminhou-se o documento para votação.
225 Aprovado com 5 abstenções. Ata da I sessão extraordinária de 2018, realizada no dia 24 de
226 julho de 2018. Em discussão, professor Ronei Miotto solicita complementação de sua fala nas
227 linhas 119/120, na justificativa de voto, quando se manifestou contrário à proposta “*por não*
228 *considerar a retirada de uma servidora de órgão de controle interno sem que haja uma carta*
229 *de solicitação de dispensa de cargo*”. Pede que seja acrescida a informação “*durante seu*
230 *mandato*”. Não havendo mais destaques, encaminha-se o documento para votação. Ata
231 aprovada com 8 abstenções. Minuta de resolução que define o conjunto de informações para
232 subsidiar o estabelecimento de políticas e ações de desenvolvimento institucional. Professora
233 Mônica Schröder, pró-reitora de Planejamento de Desenvolvimento Institucional (ProPlaDI),
234 relata o assunto e apresenta suas sugestões acrescidas a uma segunda versão da minuta de
235 resolução, formulada após apresentação do Expediente, que, portanto, já contempla as
236 colaborações dos conselheiros à primeira versão apresentada na sessão anterior do ConsUni,
237 proposta pela professora Itana Stiubiener. Ressalta que o objetivo é sistematizar a coleta de
238 informações institucionais geradas pelas diferentes áreas da Universidade, garantindo subsídios
239 à transparência, ao diálogo e à reflexão no âmbito dos Conselhos Superiores. Entre as
240 modificações propostas pela relatora, elaboradas em conjunto com a proponente da resolução,
241 define-se a competência da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
242 (ProPlaDI) neste esforço de sistematização da coleta de informações e modifica-se a
243 expectativa em torno da frequência de encaminhamento das informações, separando as
244 informações da Graduação, dadas suas especificidades, no Quadro 1, do restante das
245 informações, relativas a outras áreas da Universidade, no Quadro 2, estabelecendo frequência
246 de duas vezes ao ano para relatórios referentes a informações quantitativas da graduação, e
247 anual para aqueles a cerca das demais áreas da Universidade. Esses relatórios serão
248 encaminhados aos Conselhos Superiores pela Reitoria, por meio da ProPlaDI, que sistematizará
249 a apresentação dos dados. Além disso, com relação ao conteúdo das informações a serem
250 coletadas, sugere acrescentar informações relativas à Biblioteca. As demais sugestões e
251 modificações dizem respeito ao que foi discutido na sessão anterior do ConsUni pelos
252 conselheiros e acatado pela área demandante. Professora Itana, proponente, registra que
253 considera bastante satisfatório o resultado deste processo, concorda com o relato e ressalta ser
254 um instrumento importante para a Instituição, e acrescenta, em suas palavras: “*Estou nos*
255 *Conselhos Superiores da universidade desde o primeiro instante em que foram instalados,*
256 *2006, praticamente sem interrupção. E essa foi a primeira vez em que eu tive a oportunidade,*
257 *independente do lado que eu estava, gestão ou Conselho, de participar de um processo de uma*
258 *busca de consenso. Quer dizer, não foi vista a minha proposta como alguma questão de crítica*
259 *ou não, a gente conseguiu trabalhar super bem juntas, a gestão e eu, como membro do*
260 *Conselho Universitário, e chegou num resultado que eu, particularmente, acho muito*
261 *satisfatório, que vai dar um outro patamar, daqui pra frente, pra gente tomar decisões. Então*



262 *eu queria relatar quanto à isso, e queria que constasse em ata, acho que a relação com a pró-*
263 *reitoria foi um ponto excelente, ela começou esse diálogo e foi muito bom. E chamar a atenção*
264 *dos conselheiros, acho que tenho falado isso há muito tempo, acho que os conselheiros tem que*
265 *se apropriar dessa capacidade de também propor, a gente não delegar e não deixar esse peso*
266 *só na gestão, acho que nós conselheiros podemos contribuir e trabalhar com a gestão para um*
267 *consenso”.* Professor Dácio reforça o esforço da gestão em favorecer o espaço de diálogo com
268 toda a comunidade nos Conselhos Superiores. A proponente acata todas as propostas de
269 alterações apresentadas pela relatoria. Em discussão, conselheiros parabenizam as responsáveis
270 pela proposta, destacam a importância dos indicadores contemplados pela resolução e propõem:
271 1) a inclusão de séries históricas, como dados acumulados; 2) alterações na descrição dos dados
272 que competem à Graduação, apresentadas pela ProGrad a fim de facilitar a sua identificação e
273 compreensão; 3) estabelecer a periodicidade para o levantamento dos dados referentes ao
274 quadro I em anual ou quadrimestral, considerando o calendário diferenciado da Universidade,
275 ou, no caso de se manter o período bianual, que os relatórios sejam encaminhados para as
276 reuniões de março e setembro, a fim de estabelecer uma periodicidade de pelo menos seis
277 meses a cada levantamento dos dados; 4) alteração no item que trata da Escola Preparatória,
278 para que as informações coletadas sejam referentes a todas as Instituições de Ensino Superior
279 (IES) públicas, e não somente às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). A
280 proponente acata as propostas 1. A relatora indica que, com relação às propostas de
281 periodicidade para disponibilização dos dados quantitativos do Quadro 1 o mais adequado seria
282 quadrimestralmente, atendendo aos anseios demandados e colaborando com o trabalho da
283 ProPlaDI. Acata o período quadrimestral sendo apresentado ao Conselho em sua primeira
284 reunião subsequente ao período. Informa ser favorável às alterações propostas pela ProGrad
285 que especificam e aprimoram as informações já constantes no documento, entretanto a
286 demandante propõe que se mantenham os dados relativos ao número de horas de carga didática
287 ofertada por cada curso da UFABC no período. Professor Dácio propõe que, no Quadro 1, onde
288 consta “Número total de alunos ingressantes, considerando as vagas do edital de ingresso” a
289 informação seja complementada: “e respectivas reservas de vagas”. Proposta acatada pela área
290 demandante. Manifesta-se a preocupação com relação às condições de UFABC coletar
291 informações acerca de créditos e atividades dos docentes. A demandante explica que a UFABC
292 vem realizando esforços para viabilizar esse acompanhamento. Professor Dácio lembra que,
293 no final do ano passado, foi aprovada neste Conselho uma Resolução que institui o
294 acompanhamento das atividades acadêmicas por meio do Relatório Anual de Atividade
295 Docente (RAAD). Ainda, para os dados de permanência, sugere-se que sejam identificadas as
296 categorias com alto número de evasão, a fim de contribuir com as políticas afirmativas da
297 instituição. Ainda em discussão, aponta-se que apenas os dados acumulados podem não refletir
298 as escolhas políticas da UFABC, por isso considera importante que sejam incluídos dados de
299 séries históricas. A demandante acata a proposta quanto à classificação das categorias pelo
300 número de evasão, entretanto, é informado que, durante as conversas realizadas com as áreas na
301 formulação da proposta, essa questão não foi levantada, não sendo possível estabelecer, neste
302 momento, quais os possíveis obstáculos para obtenção desses dados categorizados. Propõe-se
303 que sejam excluídos os dados relativos ao número de projetos submetidos à Fundação de
304 Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), ao Conselho Nacional de
305 Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de
306 Pessoal de Nível Superior (Capes), tendo em vista que a instituição não exige conhecimento

307 prévio sobre a submissão desses projetos. Proposta é acatada. Sugere-se que no Quadro 1, no
308 item que trata da Pós-Graduação, exclua-se o termo “doutorado profissionalizante” e substitua-
309 se o termo “mestrado profissionalizante” por “mestrado profissional”; assim como, exclua-se a
310 “Número de alunos de doutorado profissional concluintes e desistentes”. No tocante aos itens
311 que se referem à Extensão e Cultura, propõe-se que os dados relativos ao número de ações de
312 Extensão tratem de projetos, eventos, programas, produtos e cursos, incluindo-se os cursos de
313 aperfeiçoamento. Ainda, que se excluam os dados referentes aos números da Escola
314 Preparatória, por tratarem-se de informações de difícil mensuração com precisão. Sugere-se,
315 por fim, que os itens relacionados à Editora sejam considerados à parte. Após esclarecimentos,
316 são mantidos os dados relativos ao número de alunos da Escola Preparatória e incluídos dados
317 sobre a quantidade desses alunos que são aprovados na UFABC, as demais propostas são
318 acatadas pela demandante. São elencadas as seguintes propostas para discussão: I) no campo
319 “Graduação” no Quadro 1: incluir dados acerca do número de vagas não ocupadas após o ajuste
320 de matrículas e o número de egressos que seguem na pós-graduação da UFABC; II) no campo
321 “Pós-graduação”, no Quadro 1: incluir dados acerca do número de discentes que exercem
322 atividade remunerada, número de trancamentos de matrículas e motivações, bem como o
323 número de pedidos de prorrogação de prazo de defesa; III) Editora, no Quadro 1: incluir
324 número de livros comercializados; IV) no Quadro 2, verificar a possibilidade de inclusão de
325 dados relativos à quantidade de alunos que atenderiam os pré-requisitos para recebimento de
326 apoio do Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes); V) no Art. 2º, excluir o trecho “... e
327 às áreas responsáveis por sua geração fornecê-las, de modo a atender aos prazos estabelecidos
328 nesta Resolução”; VI) ao final dos Art. 3º e 4º incluir: “e dados acumulados do período
329 anterior, em série histórica”; VII) incluir um novo artigo: “As informações institucionais
330 relativas aos ingressantes da graduação devem ser discriminadas por forma de ingresso e da
331 pós-graduação por programa de ingresso”. A demandante e a relatora apontam que, apesar de
332 considerarem todas as propostas pertinentes, preocupam-se por não terem tempo hábil para
333 consultar as áreas sobre a viabilidade de levantamento de certos dados. Assim, acatam as
334 propostas V, VI e VII. Quanto as propostas I, II, III e IV sugere-se que seja alterado o texto do
335 Art. 1º: “São consideradas relevantes a esta Resolução no mínimo as informações
336 institucionais...” de modo que aquilo que informações adicionais possam ser disponibilizadas à
337 medida que puderem ser obtidas. Proposta de alteração do Art. 1º acatada pela proponente.
338 Sugere-se a coleta de informações sobre estudantes com medalhas em olimpíadas de
339 conhecimento, visando à implementação de bolsas de Iniciação Científica oferecidas pela
340 CAPES para esse público. Ainda, propõe-se a exclusão do número de alunos que cursaram a
341 Escola Preparatória e ingressaram na UFABC, uma vez que a coleta desse dado refletiria um
342 recorte restrito que pode não mostrar a realidade com relação à efetividade do programa.
343 Acatada pela demandante. Dentre os pedidos de alteração realizados pela ProGrad, encontra-se
344 pendente se será mantido o número de horas de carga didática ofertado por cada curso da
345 UFABC no período. Após esclarecimentos, acorda-se que esse dado será excluído e substituído
346 pelo número total de turmas de disciplinas efetivamente ofertadas por curso no período. Findas
347 as discussões, o documento alterado é encaminhado para votação e aprovado por unanimidade.
348 **Expediente:** Minuta de resolução que estabelece a reserva de vagas para pessoas transgêneras.
349 Professor Acácio Sidinei Almeida Santos inicia a apresentação da proposta, submetendo à
350 apreciação dos conselheiros o pedido para que o item em questão seja levado à ordem do dia. O
351 tema, segundo ele, veio sendo discutido exaustivamente ao longo de cinco reuniões da



352 Comissão de Políticas Afirmativas (CPAf), desde 15 de março deste ano, e após estudos e
353 sucessivas alterações da redação, a proposta de resolução foi aprovada por unanimidade, em
354 votação no dia 11 de julho. Reforça o papel da CPAf em debater e deliberar sobre matéria dessa
355 natureza e recorda que sua composição inclui representações das diversas categorias presentes
356 na comunidade acadêmica, além de representação da comunidade externa. Ressalta, ainda, a
357 importância da proposta apresentada no âmbito das ações afirmativas e das políticas de
358 igualdade, consubstanciadas pelos princípios constitucionais, e recorda que a UFABC assinou o
359 Acordo de Cooperação entre os Ministérios de Justiça e Cidadania e o Ministério da Educação,
360 no atual governo, que propôs o Pacto Nacional Universitário pela Promoção do Respeito à
361 Diversidade, da Cultura da Paz e dos Direitos Humanos comprometendo-se com a promoção da
362 equidade e a autonomia de grupos em situação de discriminação, violência ou vulnerabilidade
363 no âmbito dos Direitos Humanos dentro e fora da Universidade. Entre as ações propostas,
364 traduzidas no plano de trabalho apresentado à comunidade em novembro de 2017, detalhadas
365 por eixo e linha de atuação prioritária, consta: “Criar reserva de vagas no ingresso dos
366 Bacharelados Interdisciplinares e dos cursos de Pós-graduação para pessoas transgêneras,
367 travestis, mulheres transexuais e homens trans em extrema vulnerabilidade socioeconômica”.
368 Por essa razão, considera que a deliberação do tema no ConsUni, após as conclusões da CPAf,
369 expressa o desejo da comunidade da UFABC. Apresenta dados e pesquisas que apontam a
370 demanda de pessoas transgêneras junto ao contexto escolar e a luta por igualdade de direitos e
371 contra o preconceito em confronto com os diversos obstáculos enfrentados por esse grupo
372 diante de sua condição de marginalização na sociedade, além de estatísticas de evasão escolar
373 da população transgênera relacionadas aos episódios de transfobia e heteroterrorismo, somados
374 ao isolamento social e falta de apoio governamental. Diante dos fatos descritos, entende que a
375 apreciação da matéria por este Conselho sinalizará para a sociedade a importância de olhar para
376 o tema. Procede à leitura de nota assinada pelo Coordenador do Comitê Gestor do Pacto
377 Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade, da Cultura da Paz e dos Direitos
378 Humanos, o Professor Fernando Costa Mattos: “*Ao Magnífico Reitor Dácio Roberto Matheus,*
379 *Presidente do Conselho Universitário da UFABC. Tendo em vista a extrema vulnerabilidade*
380 *de boa parte da população trans no Brasil, submetida a condições degradantes de trabalho,*
381 *forte discriminação social e risco permanente de violência, além de dificuldade de*
382 *representação identitária junto à justiça, faz-se necessário instituir políticas afirmativas com o*
383 *intuito de favorecer o acesso dessas pessoas ao ensino e ao mercado de trabalho. Assim,*
384 *consideramos louvável a iniciativa da Comissão de Políticas Afirmativas da Pró-Reitoria de*
385 *Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas, no sentido de instituir uma reserva de vagas*
386 *para pessoas trans em nossa universidade. Trata-se de uma ação que se inscreve claramente*
387 *no escopo do Pacto Universitário em Defesa da Cultura e da Paz, do Respeito à Diversidade e*
388 *dos Direitos Humanos ao qual a UFABC aderiu em fevereiro de 2017. Nesse sentido, essas*
389 *políticas afirmativas têm forte potencial para constituir mecanismos de superação da*
390 *violência, do preconceito e da discriminação, promovendo direitos humanos da população*
391 *estudantil trans em nossa instituição. É entendimento do Comitê Gestor desse pacto que a*
392 *resolução ora proposta deve ser aprovada por este Conselho Universitário, tornando-se norma*
393 *em vigor na UFABC a partir do próximo processo seletivo de estudantes para nossos*
394 *bacharelados interdisciplinares. Mui cordialmente, professor Fernando Costa Mattos”.* Passa a
395 palavra para a publicitária Neon Cunha, conselheira do Conselho da Mulher do Estado de São
396 Paulo, que expõe que princípios constitucionais e de direitos humanos, a fim de subsidiar os

397 fundamentos para adoção de políticas afirmativas envolvendo pessoas transgêneras. Confronta
398 a luta pela democracia e pelos direitos de grupos sociais em situação de vulnerabilidade, com a
399 perseguição e violência a pessoas transgêneras na cidade de São Paulo na década de 80 e a
400 omissão das instituições. Narra o assassinato da travesti Dandara dos Santos, no Bairro Bom
401 Jardim em Fortaleza, Ceará, em 2017, e compartilha dados referentes à violência física e
402 psicológica de pessoas em virtude de sua identidade de gênero. Relata acerca do assassinato da
403 travesti brasileira Gisberta, na cidade do Porto, em Portugal, em 2006, que provocou debate
404 internacional que garantiu maior inclusão e direitos às pessoas homossexuais e transgêneras.
405 Manifesta a necessidade emergencial de avançar no processo de luta por direitos fundamentais,
406 justiça e reconhecimento da humanidade das pessoas trans, a fim de garantir que estas pessoas
407 possam concluir suas formações. Em discussão são elencados os seguintes pontos: 1) assinala-
408 se que o assunto discutido é extremamente complexo e que sua apreciação em caráter de
409 urgência, sem maior profundidade de discussão da proposta por parte dos conselheiros,
410 subsidiada por parecer de relator independente, poderá prejudicar o processo de decisão e a
411 busca de consenso por parte do Conselho; 2) registra-se que a aprovação da discussão do tema
412 para a Ordem do Dia está relacionada à próxima pauta do Conselho de Ensino, Pesquisa e
413 Extensão (ConsEPE), que deve discutir e aprovar o edital de ingresso para o próximo ano; 3)
414 ressalta-se, ainda, que a resolução apresentada reflete o caráter de uma instituição inovadora,
415 inclusiva e corajosa; 4) observa-se que, diante do atual contexto de intolerância crescente e
416 violência contra pessoas trans, existem três motivos para aprovar a resolução: oferecer uma
417 oportunidade concreta, sinalizar para a sociedade que a UFABC está preocupada e disposta a
418 dar visibilidade ao tema e colocá-lo em discussão e abertura das portas da universidade para
419 esses grupos enriquecerá o espaço acadêmico, por meio do crescimento da diversidade; 5)
420 comenta-se a pertinência de proposta encaminhada por conselheiro que visa a discutir, de um
421 modo geral, as políticas de inclusão da instituição, por meio da criação de uma comissão
422 profissional para avaliar a condição de diversos grupos em situação de vulnerabilidade,
423 marginalização e violência – não restrito às pessoas transgêneras – que possam ensejar a
424 destinação de reservas de vagas, que poderá, todavia, ser objeto de discussão posterior. A área
425 demandante esclarece que embora a CPAf não figure entre as comissões aptas a encaminhar
426 matérias para discussão diretamente na Ordem do Dia do ConsUni, os reflexos da discussão do
427 tema na pauta da próxima sessão do ConsEPE justifica a urgência em tratar o tema na Ordem
428 do Dia, a fim de que tal política de reserva de vagas possa ser implementada para o ingresso de
429 alunos no ano de 2019. Acrescenta, ainda, que a relatoria do tema lhe coube por estar na
430 condição de presidente da CPAf e Pró-Reitor da ProAP, que compreende a necessidade de
431 maior conhecimento a respeito do tema por parte dos conselheiros e, por essa razão, foram
432 encaminhados documentos complementares para auxiliar em um melhor entendimento sobre o
433 assunto. Reforça-se que demanda considera todos os dados necessários para sua avaliação, que
434 a aprovação deve ser urgente com vistas à adoção no edital de ingresso para 2019 e que tal
435 assentimento não esgotará a discussão sobre o tema, que foi debatido no último congresso de
436 estudantes, mas é também objeto de estudo e aprofundamento por parte do Coletivo LGBT
437 Prisma há bastante tempo e aberto a toda comunidade acadêmica. Conselheiros cedem a
438 palavra a discentes e membros da sociedade civil convidados que: 1) buscam sensibilizar os
439 conselheiros por meio do relato de histórias de vida de pessoas transgêneras presentes na
440 sessão, que refletem as estatísticas de evasão escolar diretamente relacionada ao preconceito e à
441 situação de violência e exclusão; 2) ressaltam a ausência de oportunidades de educação e

442 trabalho para pessoas transgêneras, que acabam encontrando na prostituição o único meio de
443 sobrevivência; 3) apresentam dados e informações de pesquisas com vistas a fornecer
444 fundamentos para a matéria em discussão; 4) esclarecem que os dados específicos são escassos
445 e por isso se faz necessário buscar subsídios em informações de relatórios e estatísticas
446 levantadas por ONGs ao redor do mundo; 5) explicam que os índices de evasão escolar,
447 preconceito, violência e exclusão de pessoas transgêneras são desproporcionais em relação aos
448 índices referentes aos demais segmentos da população LGBT, uma vez que a questão da
449 transgeneridade não está posta apenas no campo da afetividade, mas está refletida na aparência
450 física dessas pessoas, que as faz serem vistas como “não-sujeitos”; 6) observam ausência de
451 políticas efetivas por parte da instituição, destinadas à população transgênera, e ressaltam a
452 ocorrência apenas de casos isolados de acesso dessas pessoas ao espaço acadêmico; 7) refutam
453 as contra argumentações à proposta em pauta, contidas no documento elaborado pelo
454 conselheiro Yossi Zana, enviado a seu pedido aos demais conselheiros, uma vez que, segundo
455 ouvinte da comunidade acadêmica a quem foi concedida a palavra, “desconsideram os casos de
456 universidade que já implementaram reservas de vagas para pessoas transgêneras, além de dados
457 levantados por organizações internacionais que possuem pesquisas a respeito do tema, e por
458 cogitarem a eventual adoção de laudos psiquiátricos como um dos possíveis critérios para
459 autodeclaração”; 8) relembram o caso envolvendo pessoa transgênera, funcionária terceirizada
460 do serviço de limpeza da instituição, que, nas palavras de membro da comunidade civil, cuja
461 palavra foi concedida por conselheiro, “demitida ao relatar violência sofrida na instituição”; 9)
462 alertam para a responsabilidade histórica do Estado brasileiro na discriminação, genocídio e
463 extermínio de pessoas transgêneras como justificativa para a adoção de políticas de inclusão
464 desse grupo social; 10) ressaltam que somente neste ano a transgeneridade deixou de constar no
465 rol de transtornos da Organização Mundial de Saúde (OMS) e garantida, por meio de ação de
466 inconstitucionalidade reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a mudança de nome e
467 gênero; 11) reforçam que a ausência de pessoas trans no espaço acadêmico prejudica a luta
468 pelos direitos; 12) observam que questões burocráticas não devem constituir obstáculos para
469 resolução de questões que impactam sobre a vida das pessoas transgêneras; 13) ressaltam que o
470 tema em discussão foi objeto de debate pelo Coletivo LGBT Prisma ao longo de dois anos,
471 tendo sido discutido em recente audiência pública, cujas notícias são encaminhadas
472 frequentemente pelo Coletivo via e-mail para toda a comunidade acadêmica; 14) explicam que
473 a definição do número de 36 vagas para as cotas considerou a realidade nacional apontada
474 pelos índices levantados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), de cerca
475 de 2,5 milhões de pessoas transgêneras no Brasil e, uma vez que a UFABC disponibiliza suas
476 vagas por meio do Sistema de Seleção Unificado (SiSU), tais vagas encontram-se disponíveis
477 para pessoas de todo o território nacional. Embora se registre apoio à implantação da reserva de
478 vagas para pessoas trans, são apresentadas as seguintes ponderações: 1) apela-se para que a
479 questão seja mais bem analisada, a fim de evitar as eventuais consequências indesejáveis de
480 uma deliberação apressada; 2) registram-se questões que devem ser observadas como o número
481 de vagas a ser destinado para as cotas a partir do levantamento de percentual de alunos da
482 instituição que se autodeclaram transgêneras, a fim de verificar a demanda existente, uma vez
483 que os dados atualmente confrontados são aproximados, com base em estudos de outros países,
484 em virtude da escassez de estatísticas precisas sobre a realidade local, apontadas por alguns dos
485 presentes; 3) questiona-se a ausência de disponibilização de informações suficientes para
486 análise anterior à reunião do Conselho, como o relato lido pela área proponente, que não

487 constava entre os anexos da convocação; 4) faz-se um apelo para que seja mantida cordialidade
488 nas discussões; 5) sustenta-se que o significado da aprovação da matéria pela instituição
489 constituirá sinal para o país, no entanto, ressalta-se que os caminhos burocráticos como o meio
490 de profissionalização da discussão na administração pública; 6) ressalta-se o desconhecimento
491 quanto à situação relatada acerca da demissão da funcionária transgênera de empresa
492 terceirizada e alega-se tal assunto não fora anteriormente levado ao conhecimento dos
493 conselheiros do ConsUni. Ainda em discussão, no tocante à escassez de dados referentes à
494 realidade das pessoas transgêneras, entende-se que isso deve ser encarado como um elemento
495 motivador para o favorecimento do acesso da comunidade transgênera ao espaço acadêmico, a
496 fim de que os próprios membros dessa comunidade possam empreender a pesquisa sobre sua
497 realidade social. São elencados exemplos de universidade que já implementaram a política de
498 reserva de vagas para pessoas transgêneras na graduação e pós-graduação. Sugere-se que seja
499 deliberada a promoção do item de Expediente para discussão na Ordem do Dia. Alguns
500 conselheiros apresentam questão de ordem para: 1) que todos os inscritos possam pronunciar-
501 se, a fim de que o item seja encaminhado para Ordem do Dia somente após a discussão ser
502 considerada esgotada no Expediente; 2) apontar incompatibilidade entre a proposta
503 encaminhada por conselheiro, de implantação de comissão de inclusão, e o tema em discussão
504 de reserva de vagas para pessoas transgêneras; ao que se defende, como contraproposta, a
505 instituição de comissão especializada em análise de situações de vulnerabilidade social,
506 violência e exclusão, para fins de concessão de reserva de vagas, equilibrando e ampliando o
507 alcance da inclusão a diferentes grupos com dificuldades de acesso ao ensino superior e
508 diminuindo o risco de ocorrência de vagas ociosas. Professor Dácio esclarece, a pedido de
509 conselheiros, que o edital de ingresso para 2019 poderá ser aprovado, com a inclusão da reserva
510 de vagas para pessoas transgêneras condicionada à decisão ulterior do ConsUni, caso a
511 deliberação sobre a matéria não ocorra até a próxima sessão do ConsEPE, que deverá discutir e
512 deliberar sobre o referido edital. São realizadas as seguintes sugestões: 1) estabelecer
513 percentual ao invés de números fixos de vagas reservadas, a fim de evitar o desequilíbrio entre
514 as vagas ofertadas para o *campus* de Santo André e o *campus* de São Bernardo do Campo; 2)
515 estabelecer no Art. 3º da minuta de resolução, a competência de nomear a Comissão de
516 Especial para Pessoas Transgêneras (CEPT) ao pró-reitor de assuntos comunitários e políticas
517 afirmativas, a fim de assegurar celeridade ao processo; 3) excluir o Art. 7º, uma vez que após o
518 ingresso todos os alunos têm tratamento equânime na UFABC. Professor Dácio pontua que a
519 minuta de resolução proposta segue o mesmo modelo adotado pela resolução que aprovou a
520 reserva de vagas para refugiados. Ressalta a importância e a relevância do trabalho da CPAf, e
521 reitera que essa Comissão é constituída por representantes dos diversos segmentos presentes da
522 comunidade acadêmica, eleitos por seus pares, e que já vem discutindo o tema da política de
523 cotas para pessoas transgêneras desde o início do ano passado; compreende a necessidade de
524 discussão mais aprofundada das políticas afirmativas de inclusão na universidade, porém
525 manifesta preocupação quanto ao processo inesgotável de discussão que, apesar de bem
526 intencionado, pode postergar, de maneira indeterminada, a adoção de medidas
527 reconhecidamente necessárias. Apela para sensibilidade dos conselheiros acerca do tema, uma
528 vez que não houve manifestação efetivamente contrária à adoção da reserva de vagas, para que
529 seja acolhida, portanto, a questão de encaminhamento e que o Conselho volte a discutir sobre a
530 matéria na Ordem do Dia na continuação da presente sessão, com vistas à implementação das
531 cotas para o edital de ingresso 2019, asseguradas às prerrogativas de o ConsUni aprimorar e



532 reavaliar continuamente os impactos e a eficiência da medida. Após questão de ordem, a Mesa
533 coloca em discussão a promoção da matéria para Ordem do Dia. Reforça-se a necessidade de
534 discussão aprofundada do tema, subsidiada por parecer de uma relatoria de outro membro do
535 Conselho. Levanta-se questão de ordem pedindo a votação da proposta que encaminhou em
536 contraposição à proposta apresentada pela ProAP, em que se sugere à criação de comissão
537 profissional especializada para análise e concessão de cotas a pessoas e grupos sociais diversos,
538 cuja demanda de vulnerabilidade social e situação de exclusão e violência justifique a
539 necessidade de adoção de políticas afirmativas com vistas a favorecer o acesso ao ensino
540 superior. Outros conselheiros defendem que a questão, quanto ao seu mérito, encontra-se
541 madura para discussão na Ordem do Dia, embora a política a ser implementada necessite de
542 constantes ajustes e aprimoramento. Em votação a proposta de promoção do item para Ordem
543 do Dia é aprovada com 32 votos favoráveis, nenhum voto contrário e 1 abstenção. Como
544 nenhum dos participantes deseja fazer uso da palavra, o presidente agradece a presença de
545 todos, e encerra a reunião às 18h26. -----
546 Aos 23 dias do mês de outubro do ano de 2018, no horário das 14hs, na sala dos Conselhos,
547 Torre 1 - 1º andar, da Universidade Federal do ABC (UFABC), localizada na Av. dos Estados,
548 5001, Bloco A, Torre I, 1º andar, Santa Terezinha, Santo André, realiza-se a continuação da III
549 sessão ordinária do Conselho Universitário (ConsUni) da UFABC do ano 2018, previamente
550 convocada e presidida pelo reitor, Dácio Roberto Matheus, com a presença dos seguintes
551 **conselheiros:** Wagner Alves Carvalho, vice-reitor; Acácio Sidinei Almeida Santos, pró-reitor
552 de assuntos comunitários e políticas afirmativas; Alessandra de Castilho, representante discente
553 de pós-graduação; André Ricardo Oliveira da Fonseca, representante suplente docente do
554 Centro de Matemática, Computação e Cognição (CMCC); Bruno da Rocha Rodrigues Costa,
555 representante discente de graduação; Carlos Eduardo Ferreira Machado, representante suplente
556 discente de graduação; Cedric Rocha Leão, representante docente do Centro de Engenharia,
557 Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS); Eduardo Peres Novais de Sá, representante
558 docente do Centro de Ciências Naturais e Humanas (CCNH); Everaldo Carlos Venâncio,
559 representante suplente docente do CECS; Fábio Furlan, substituto da pró-reitora de pesquisa;
560 Fernando Luiz Cássio Silva, representante suplente docente do CCNH; Gilberto Maringoni de
561 Oliveira, representante docente do CECS; Isis Mustafa de Assis, representante discente de
562 graduação; Itana Stiubiener, representante docente do CMCC; João Paulo Góis, pró-reitor
563 adjunto de pós-graduação; José Antonio Souza, representante docente do CCNH; Leonardo
564 José Steil, pró-reitor de extensão e cultura; Lucas Roberto Paredes Santos, representante
565 suplente discente de graduação; Luiz de Siqueira Martins Filho, representante suplente docente
566 do CECS; Marcelo Bussotti Reyes, diretor do CMCC; Maria Gabriela Silva M. Cunha
567 Marinho, vice- diretora do CECS; Maria Isabel Vendramini Delcolli, representante dos técnicos
568 administrativos; Mauro Rogério Cosentino, representante docente do CCNH; Mônica Schröder,
569 pró-reitora de Planejamento de Desenvolvimento Institucional; Natália Cristina Barbosa Alves,
570 representante suplente discente de pós-graduação; Renata Silva, representante suplente dos
571 técnicos administrativos; Rafael Ribeiro Dias Vilela de Oliveira, representante docente do
572 CMCC; Ronei Miotto, diretor do CCNH; Ronny Maciel de Mattos, representante dos técnicos
573 administrativos; Simone Aparecida Pellizon, pró-reitora adjunta de administração; Sérgio
574 Henrique Bezerra de Sousa Leal, representante docente do CCNH; Raquel Vecchio Fornari,
575 representante suplente docente do CMCC; Vânia Trombini Hernandez, pró-reitora adjunta de
576 graduação; e Yossi Zana, representante docente do CMCC. **Ausência justificada:** Kleber

577 Ferreira, representante dos técnicos administrativos. **Ausentes:** David Correa Martins Júnior,
578 representante suplente docente do CMCC; Arilson da Silva Favareto, representante docente do
579 CECS; Charles Morphy Dias dos Santos, representante docente do CCNH; Jeroen Johannes
580 Klink, representante docente do CECS; Luis Paulo Bresciani e Maria Elisa Ravagnani
581 Gonçalves Ramos, representantes da comunidade civil. **Não votantes:** Fabiane de Oliveira
582 Alves, secretária-geral em exercício; Alberto Sanyuan Suen, representante suplente docente do
583 CECS; Erica Malunguinho, deputada estadual eleita pelo Psol em São Paulo; Júlia Bueno,
584 ativista do movimento LGBT; Kyem Araújo, discente da UFABC; Leona Wolf, discente de
585 pós-graduação; Malta, ativista do movimento LGBT; Raimundo Nonato Braz Neres, discente
586 da graduação; Tatiana Lima Ferreira, pró-reitora adjunta de assuntos comunitários e políticas
587 afirmativas; e Virginia Guitzel, aluna especial da UFABC. **Apoio administrativo:** Janine
588 Santos Tonin Targino, Natália Paranhos Caoduro e Wellington Teixeira Gonçalves, assistentes
589 em administração da Secretaria-Geral. Havendo quórum legal, o presidente, após cumprimentar
590 os presentes, abre a sessão às 14h17 com o assunto constante na **Ordem do Dia: Minuta de**
591 **resolução que estabelece a reserva de vagas para pessoas transgêneras.** Professora Raquel
592 Vecchio Fornari apresenta sua relatoria e declara que suas sugestões de modificação na minuta
593 de resolução basearam-se nas discussões ocorridas na reunião anterior, na troca de e-mails entre
594 os professores do CMCC e na pesquisa que realizou para fundamentar sua relatoria. Destaca a
595 alteração na quantidade de vagas de número absoluto para porcentagem, o que respeitaria a
596 distribuição igualitária com relação ao total de vagas de cada curso, *campus* e turno. Esse
597 percentual poderia ser de 1,8%, o que corresponde ao valor apresentado na proposta atual; 1%,
598 valor sugerido pelos professores do CMCC com base em estudos da população dos Estados
599 Unidos; ou 2%, valor fundamentado em um projeto de lei que está tramitando na Câmara
600 Municipal de São Paulo; do total das vagas para cada curso, turno e *campus*. Outra sugestão diz
601 respeito à alteração da atribuição da Comissão Especial para Pessoas Transgêneras (CEPT),
602 que, de acordo com a consulta feita à Procuradoria Federal, teria que ser composta apenas por
603 servidores, caso venha a atuar no momento do ingresso dos candidatos e das candidatas; dessa
604 forma, para que essa Comissão possa ter mais representatividade, deveria atuar em etapas
605 posteriores, ou seja, no acompanhamento das pessoas transgêneras, garantindo sua permanência
606 na universidade, e nas eventuais denúncias de fraude. Relaciona as alterações na minuta
607 realizadas para atender esses pontos e conclui sua apresentação declarando-se favorável à
608 aprovação do documento, considerando o exposto e a discussão que será feita a seguir.
609 Professor Acácio Santos concorda com a modificação na atribuição da CEPT, a fim de garantir
610 a inclusão das pessoas atendidas e a prevenção das fraudes no processo. É contrário à utilização
611 dos estudos baseados na população norte-americana, devido ao desconhecimento de como esses
612 dados foram coletados e, portanto, não serviriam para os propósitos aqui estabelecidos.
613 Professor Cedric Leão menciona ter enviado uma proposta alternativa e gostaria que ela fosse
614 apreciada; trata-se do documento encaminhado a seu pedido aos conselheiros na primeira parte
615 desta sessão e refere-se à criação de uma comissão que julgaria diversos casos que podem fazer
616 jus a cotas, diferente do que está sendo discutido agora, que é a criação de cotas para grupos
617 específicos. Professor Dácio explica que o encaminhamento não foi adequado para a
618 proposição de um documento alternativo, neste momento, o correto é que se discutam
619 alterações no documento que está em deliberação, a apresentação de uma nova proposta de
620 Resolução deve ser feita em outra reunião desse Conselho, após ser apresentada à Comissão de
621 Políticas Afirmativas (CPAf). Professor Cedric, recordando o que foi dito na primeira parte

622 desta sessão, menciona que uma colega transgênera se manifestou nos seguintes termos:
623 “Infelizmente alguns conselheiros misturaram problemas conceitos e definições, lógico que
624 apenas por falta de informação (...)”. Ressalta que como professores de diferentes disciplinas,
625 no papel de partícipes da gestão de uma instituição pública, são instados a deliberar sobre
626 questões complexas e de naturezas que não fazem parte de sua formação ou vivência. Contudo,
627 pontua que seus atos e posicionamentos precisam estar baseados não em suas sensibilidades
628 pessoais, mas em princípios universalistas que a sociedade reconheça como bem
629 fundamentados e justos. Prossegue declarando que na reunião passada alguns conselheiros
630 afirmaram que a única objeção à proposta da ProAP seria o número de vagas reservadas.
631 Contudo, avalia que isso não está correto, tendo em vista que o fato de ser atribuída uma
632 quantidade pré-determinada de vagas para qualquer grupo – sejam 36, sejam 10 vagas –
633 implicaria recorrer-se a uma numerologia de bases frágeis. Ademais, prossegue, afirmando estar
634 convicto de que não existe uma única pessoa neste Conselho convencida de que não haja outros
635 grupos que, baseados nos mesmos princípios, também fazem jus a cotas. A seu ver, ao atender-
636 se apenas às solicitações dos grupos que se organizam e veem até este Conselho, estar-se-ia
637 assumindo uma “postura de ‘torre de marfim’”, ou seja, um Conselho incapaz de ver a
638 sociedade que o rodeia e pensar em questões que a afetam e no papel da universidade em
639 resolvê-las de maneira autônoma. Mais que isso, acrescenta, cada novo grupo solicitando cotas
640 específicas usará a quantidade de vagas dos demais grupos para embasar suas próprias
641 requisições, agravando o problema da numerologia de bases frágeis. Ainda, entende que
642 aprovando cotas para grupos específicos dessa forma, não há previsão nem limite para com
643 quantas vagas ter-se-iam disponíveis à ampla concorrência. Por fim, uma vez que cotas sejam
644 estabelecidas para grupos específicos, estes apresentariam resistência para criação de uma
645 comissão de inclusão que delibere de maneira profissional e com conhecimento sobre as muitas
646 situações as quais o acesso a cotas seria justificado. A área demandante então destaca a
647 existência da Comissão de Políticas Afirmativas (CPAf), que trata das matérias relacionadas às
648 situações de vulnerabilidade social e informa acerca do processo de revisão da Resolução
649 ConsUni nº107, que a instituiu, no sentido de ampliar sua abrangência e a participação externa
650 reforçando o seu papel, não havendo necessidade da criação de novas comissões para esse
651 mesmo trabalho. Aponta-se que a comunidade da UFABC é majoritariamente favorável à
652 política de cotas, entretanto, acredita-se que o foco deva ser socioeconômico, garantindo que
653 tais vagas sejam preenchidas por alunas e alunos oriundos do ensino médio da escola pública,
654 por isso se propõe que as vagas reservadas sejam para pessoas transgêneras oriundas do ensino
655 médio de escolas públicas. Com relação a esse ponto, professora Tatiana Ferreira explica que as
656 cotas para pessoas oriundas das escolas públicas já são garantidas por lei, sendo que a UFABC
657 reserva 50% de suas vagas para esses alunos, categoria que se subdivide em cotas
658 socioeconômicas, cotas para Pessoas Pretas, Pardas e Indígenas (PPI) e Pessoas com
659 Deficiência (PCD). Ressalta que a UFABC só tem gerência sobre os outros 50%, portanto, não
660 houve descaracterização da situação socioeconômica, mas uma distribuição de reservas de
661 vagas para outras situações dentro do percentual reservado à ampla concorrência. Explica ainda
662 que as vagas que são reservadas e não são preenchidas retornam à ampla concorrência, de
663 modo que não fiquem “presas”. Alguns conselheiros passam a palavra a membros da
664 comunidade externa que explicam que as situações de vulnerabilidade e exposição pelas quais
665 passam as pessoas transgêneras podem levá-las a concluir seus estudos fora da idade escolar,
666 em cursos supletivos, muitas vezes oferecidos por Organizações Não Governamentais (ONGs)

667 ou escolas particulares, impedindo o ingresso na universidade por meio das cotas para pessoas
668 oriundas de escolas públicas. Contrapropõe-se que a reserva para escola pública seja 50% do
669 total reservado, sendo a proposta de 100% retirada pelo proponente. O demandante informa que
670 a proposta prevê, em seu parágrafo 1º do Art. 3º, que no mínimo 50% dessas vagas reservadas
671 serão destinadas a pessoas que se autodeclarem transgêneras e que estejam em situação de
672 vulnerabilidade socioeconômica, a ser aferida e avaliada pela Comissão de Homologação de
673 Matrículas. Entretanto, defende-se a manutenção da proposta de reserva das vagas para pessoas
674 oriundas da escola pública por acreditarem que isso facilitaria a inclusão. Retoma-se a proposta
675 de definir uma comissão que avalie as situações de vulnerabilidade, marginalização e violência
676 que possam ensejar a destinação de reservas de vagas. Esclarece-se que segundo entendimento
677 do próprio Superior Tribunal Federal (STF), o único critério possível para caracterização de
678 pessoas transgêneras é a autodeclaração e que não se propôs que laudos psicológicos fossem
679 utilizados por uma eventual comissão de inclusão para este grupo. Segundo a proposta
680 alternativa, atestados psicológicos poderiam ser solicitados por uma comissão profissional que
681 os entendesse como necessários para comprovar a inclusão de candidatos em outros grupos
682 vulneráveis, como vítimas de violência doméstica ou de outras formas abuso físico ou
683 psicológico. Defende-se que seja aprovado, exclusivamente para este processo, a reserva de
684 vagas específicas para pessoas transgêneras e, em 2019, discuta-se a criação da referida
685 comissão, no intuito de garantir a vaga para qualquer grupo em vulnerabilidade. A área
686 demandante compreende a necessidade de se olhar para outros grupos, entretanto, apela para
687 que os conselheiros avaliem a impossibilidade atual de negociar alterações dessa magnitude,
688 tendo diante o cenário político nacional, que coloca em risco a vigência e permanência da
689 política de cotas. Acrescenta que 12 meses não são suficientes para avaliação da efetividade de
690 uma política pública. Acrescenta que a proposta do conselheiro não se contrapõe à que está em
691 discussão neste momento e recomenda que seja debatida posteriormente. No ensejo, convida-o
692 para participar das reuniões da CPAf. A relatora destaca o conteúdo do Art. 11º, dispositivo
693 que visa a assegurar a permanente e periódica reavaliação da efetividade da política. Aponta-se
694 a ausência de políticas claras e efetivas referentes à permanência no ambiente acadêmico, em
695 confronto à implementação de políticas que favoreçam as condições de acesso. Ainda, defende-
696 se a avaliação de perfil socioeconômico relacionado à renda *per capita* da família para acesso
697 às cotas. O demandante concorda que são necessárias ações acerca da permanência e inserção
698 dos formados no mercado de trabalho. Informa que está em andamento a realização do I
699 Seminário de Políticas Afirmativas sobre este tema. Lembra que, a cada quadrimestre, a ProAP
700 realiza debates sobre os objetivos que se desejam alcançar e como efetivá-los. Para 2019, está
701 em construção um plano que permitirá a análise de dados quantitativos e qualitativos das ações
702 afirmativas na UFABC. Discute-se qual percentual de vagas será reservado no caso de sua
703 aprovação. Pondera-se não haver dados ou informações a respeito da população transgênera no
704 Brasil, ao que se explica que na criação de uma política pública para a qual não existam dados
705 disponíveis o ideal é chegar a uma decisão, de forma democrática, e testá-la em sua aplicação
706 de modo que se possa ajustar os números conforme se mostrar necessário. São propostas
707 seguintes porcentagens: a) 1%; b) 1,5%; c) 2%; devendo, em caso de resultados fracionados,
708 ser arredondados, para o número inteiro subsequente. Propõe-se a exclusão do Art. 7º, que
709 assegura o acesso aos editais de assistência estudantil, uma vez que os normativos internos não
710 estabelecem distinção entre grupo conforme a forma de ingresso. O demandante acata a
711 proposta. Por meio da cessão da palavra a membros da comunidade, são relatadas situações de



712 violência, insegurança e marginalização pelas quais convivem pessoas transgêneras
713 diariamente. Apoiam a aprovação das cotas propostas. A deputada estadual eleita Erica
714 Malunguinho relata sua trajetória até a eleição como primeira deputada estadual mulher, negra
715 e transgênera no Estado de São Paulo. Trata da importância de representatividade neste espaço
716 e relata desafios pelos quais passa. Ressalta a importância de se abrir as portas das
717 universidades para pessoas transgêneras. Não considera que a inclusão limite-se à aprovação de
718 reserva de vagas, mas versa sobre o reconhecimento do grupo como pessoas produtoras do
719 saber, assim, entende-se como um benefício à instituição de ensino, que poderá lidar e aprender
720 com mentes que resistiram e construíram subjetividades, intelectualidades e conhecimento, a
721 despeito de toda pressão. Findos os relatos, professor Cedric Leão, proponente da criação de
722 uma Comissão Especial de Inclusão para avaliação de casos que podem fazer jus à reserva de
723 vagas, registra ser favorável à política de cotas para grupos em situação de vulnerabilidade,
724 entretanto, abster-se-á dessa votação por não entender que cotas específicas seja a solução.
725 Retira sua proposta de criação da Comissão e assume o compromisso com o pró-reitor de
726 políticas afirmativas para discussão de cotas na instituição. Questiona-se qual será a base de
727 dados para contabilização da porcentagem aprovada para reserva de vagas, ao que é explicado
728 que será o total de vagas disponibilizado, proporcionalmente divididas conforme as quantidades
729 de vagas em cada curso, turno e *campus*. Defende-se que o percentual de vagas seja
730 inicialmente de 1% e propõe o acréscimo de um parágrafo ao Art. 1º, com o texto “O
731 percentual atribuído será reavaliado pelo ConsUni a cada biênio ou à luz de novos dados a
732 respeito da população transgênera”. Findos os esclarecimentos da área demandante e não
733 havendo outros comentários, as propostas em debate são colocadas em votação: I) porcentagem
734 das vagas que serão reservadas: 1%, 6 votos favoráveis; 1,5%, 17 votos favoráveis; 2%, 6 votos
735 favoráveis. Portanto, é aprovada a reserva de 1,5% das vagas; II) destinação de 50% das vagas
736 reservadas para pessoas transgêneras aos alunos oriundos do ensino médio de escolas públicas,
737 independentemente da renda. São postas em votação, uma conta a outra, a proposta que
738 considera os alunos oriundos de escolas públicas, que recebe 9 votos favoráveis e a de
739 manutenção da proposta original, que considera apenas a condição de vulnerabilidade
740 socioeconômica, que recebe 22 votos favoráveis; 2 abstenções. Portanto, mantém-se o que se
741 tem no parágrafo 1º do Art. 3º: “No que se refere ao Sistema de Seleção Unificada (SiSU) e ao
742 Edital de Ingresso aos cursos interdisciplinares da UFABC, no mínimo 50% das vagas
743 estipuladas no Art. 1º serão destinadas para as pessoas que se autodeclarem Transgêneras e que
744 estejam em situação de vulnerabilidade socioeconômica, a ser aferida e avaliada pela Comissão
745 de Homologação de Matrículas”; III) inclusão de parágrafo, no Art. 1º, com o texto “a
746 porcentagem de vagas reservadas às pessoas transgêneras será reavaliada pelo ConsUni a cada
747 biênio ou à luz de novos dados sobre a população brasileira transgênera”. Aprovado com
748 maioria de votos favoráveis, contando-se apenas 8 votos contrários e 3 abstenções. Por fim,
749 vota-se o documento como um todo, consideradas as alterações. Aprovada com 32 votos
750 favoráveis, nenhum voto contrário e 2 abstenções. São realizadas as declarações de voto: Bruno
751 da Rocha, representante dos discentes de graduação, declarou seu voto favorável em virtude de
752 considerar importante, na Universidade do Século XXI, serem criados horizontes de acesso ao
753 estudo e, desta forma, favorecer a criação de pesquisas acerca da comunidade transgênera no
754 Brasil, das quais se sentiu falta neste debate. Professor Yossi Zana relata que considerou
755 excelente o debate, saudável e democrático, declara sua abstenção em virtude da divisão
756 existente no CMCC, refletido em enquete realizada no Centro que indicou 50% contrários à



757 implementação das cotas; por representar os docentes do Centro, optou pela abstenção.
758 Professor Cedric Leão reforça que votou pela abstenção. Reforça que é favorável à política de
759 cotas que incluam grupos vulneráveis. Entretanto não sabe se a criação de cotas específicas é o
760 caminho ideal para que isso seja feito. Ressalta que assumiu o compromisso com o professor
761 Acácio e os outros membros do ConsUni para que seja estudada uma maneira de viabilizar ou
762 de compreender se essa é a maneira mais efetiva de criarmos as cotas ou não. Tendo em vista o
763 avançado das horas e a indisponibilidade de datas para uma continuação, professor Dácio
764 informa que os demais assuntos da pauta serão absorvidos pela pauta da IV sessão ordinária do
765 ConsUni, a ocorrer em 27 de novembro. Como nenhum dos participantes deseja fazer uso da
766 palavra, o presidente agradece a presença de todos, e encerra a sessão às 17h58. Do que para
767 constar, nós, Fabiane de Oliveira Alves, chefe da Divisão de Conselhos, Janine Santos Tonin
768 Targino, Natália Paranhos Caoduro e Wellington Teixeira Gonçalves, assistentes em
769 administração, em conjunto com o secretário-geral, Daniel Pansarelli, lavramos e assinamos a
770 presente Ata aprovada pelo Conselho.

Fabiane de Oliveira Alves
Chefe da Divisão de Conselhos

Natália Paranhos Caoduro
Assistente em Administração

Wellington Teixeira Gonçalves
Assistente em Administração

Janine Santos Tonin Targino
Assistente em Administração

Daniel Pansarelli
Secretário-Geral